

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS

- EXERCÍCIO DE 2007 -

Senhores Accionistas,

Nos termos legais, vem o Conselho de Administração da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. apresentar o Relatório de gestão, balanço e contas relativos ao Exercício de 2007, elaborados de forma consolidada.

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. detinha, em 31 de Dezembro de 2007, directa ou indirectamente as seguintes participações sociais:

PARTICIPADAS	% CAPITAL
RCI GEST SEGUROS - Corretores, LDA	100%
RCI GEST LEASING -SLFM, SA	100%

As contas são apresentadas sob a forma consolidada utilizando o método integral.

ACTIVIDADE COMERCIAL

O mercado automóvel português observou durante o ano de 2007 um aumento de 4% face ao ano anterior, tendo a Renault mantido o 1º lugar na tabela de marcas mais vendidas em Portugal com 35 000 veículos matriculados e uma penetração sobre o mercado de todas as marcas de 13%.

A Nissan matriculou durante o ano 2007, um total de 5 000 veículos com uma penetração de 2% sobre o mercado de todas as marcas.

Sem prejuízo dos elementos constantes nos relatórios e contas daquelas participadas e que se dão como integralmente reproduzidos, as actividades das sociedades em causa podem ser assim sintetizadas:

RCI GEST – Instituição Financeira de Crédito, SA

A sociedade tem por objecto a compra, venda e aluguer de veículos sem condutor, sendo a actividade de aluguer essencialmente realizada na modalidade de longa duração.

A RCI Gest IFIC, em 2007, reflecte a competitividade do mercado financeiro português, tendo registado uma diminuição de penetração sobre matrículas de 9.8% (Renault+ Nissan).

O resultado líquido é negativo em 3 072 365 Euros.

RCI GEST - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

A Empresa teve como actividade exclusiva a gestão de participações sociais, actividade que manteve até ao final de Agosto de 2007, data da sua dissolução.

O Resultado Líquido gerado, em 2007, até à data da sua dissolução ascendeu a 424 406 Euros e corresponde ao saldo entre os custos suportados e a facturação dos serviços prestados às suas participadas, bem como o resultado da aplicação da sua tesouraria.

RCI GEST LEASING – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA

O segmento de oferta da RCI Gest Leasing teve, em 2007, tal como em anos anteriores um baixo índice de utilização.

No âmbito do processo de reestruturação levado a cabo pelo grupo RCI em Portugal, procedeu-se à fusão da RCI Gest Leasing SLFM, SA na RCI Gest IFIC, SA no mês de Janeiro de 2008. Com esta fusão, o grupo passa também a considerar o Leasing como um dos seus principais produtos no mercado.

O Resultado Líquido é positivo, em 446 097 Euros.

RCI GEST SEGUROS – Corretores, Lda.

Apesar da agressividade comercial registada no mercado da corretagem de Seguros, a empresa apresenta resultados que confirmaram a sua solidez financeira.

A taxa de penetração dos seguros do ramo Vida, na base de Clientes Particulares da RCI Gest Seguros, tem registado um comportamento positivo, tendo ascendido a 97% em 2007.

O seu Resultado Líquido foi positivo em 1 126 804 Euros.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Sr. Patrice Cabrier
Administradores : Sr. Patrick Poulain
Sr. Frederic Renaud
Sr. François Provost
Sr. Guillaume Cuny



Balanco Consolidado em 31 de Dezembro 2007

(em euros)

Balanco Consolidado em 31 de Dezembro 2007								(em euros)
	Notas/ Quadros Anexos	2007			2006 (Após aplicação NCA)	Notas/ Quadros Anexos	2007	2006 (Após aplicação NCA)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido				
ACTIVO								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		30,00	0,00	30,00	30,00		0,00	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	1.752.427,20	0,00	1.752.427,20	3.245.483,69		0,00	
Aplicações em Instituições de Crédito	6	0,00	0,00	0,00	12.126.868,28		0,00	261.474.928,91
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00			0,00	
Outros activos financeiros ao justo valor, através de resultados		0,00	0,00	0,00			0,00	
Activos financeiros detidos para venda		0,00	0,00	0,00			0,00	
Crédito a clientes	7	192.041.342,54	17.069.595,69	174.971.746,85	238.925.986,27		0,00	
Investimentos detidos até à maturidade		0,00	0,00	0,00			0,00	5.222.678,35
Activos com acordo de recompra		0,00	0,00	0,00		15	5.784.610,52	1.426.969,52
Derivados de cobertura		0,00	0,00	0,00		16	2.460.598,41	6.130.850,00
Activos não correntes detidos para venda	8	4.768.074,45	1.762.747,05	3.005.327,40		12	2.940.705,00	
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00			0,00	
Activos tangíveis	9	104.315.441,29	16.059.572,73	88.255.868,56	3.399.328,13		63.842.770,04	86.241.033,21
Activos intangíveis	10	164.419,94	164.419,93	0,01	0,00	17	267.598.874,68	360.496.449,99
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00			13.722.500,00	
Activos por impostos correntes	11	57.897,59	0,00	57.897,59	27.853,09	18		
Activos por impostos diferidos	12	1.540.955,00	0,00	1.540.955,00	3.253.935,80		0,00	
Outros activos	13	28.208.567,52	31.890,68	28.176.686,84	31.363.091,58		0,00	
							0,00	18.464.168,43
							17.633.941,97	-922.107,50
							30.162.064,77	31.264.560,93
							297.760.939,45	391.761.010,92
Total de Activo		332.849.155,53	35.088.216,08	297.760.939,45	391.761.010,92	Total de Passivo + Capital		

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

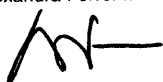
RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Rua José Espírito Santo, Lote 12E 1950-096 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Contribuinte nº. 500 970 599

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA
Em 31 de Dezembro de 2007

(em euros)

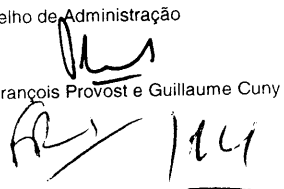
	Notas/ Quadros Anexos	2007	2006
Juros e rendimentos similares	19	34.289.774,52	35.658.230,15
Juros e encargos similares	20	-28.832.505,01	-25.473.581,27
Margem Financeira		5.457.269,51	10.184.648,88
Rendimentos de instrumentos de capital	21	1.305.992,46	2.009.529,21
Rendimentos de serviços e comissões	21	-2.603.259,67	-4.036.752,15
Encargos com serviços e comissões			
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos	22	-1.200.514,07	-2.528.612,58
Outros resultados de exploração	23	8.265.355,72	2.730.491,75
Produto bancário		11.224.843,95	8.359.305,11
Custos com o pessoal	24	-3.702.567,14	-3.132.609,27
Gastos gerais administrativos	25	-9.647.176,05	-11.643.411,59
Amortizações do exercício	9	-1.027.502,95	-1.695.998,12
Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-561.932,17	-3.494.676,73
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	26	3.772.542,48	2.741.311,90
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	27	-1.087.538,08	1.671,85
Resultado antes de impostos		-1.029.329,96	-8.864.406,85
Impostos Correntes	12	-1.642.211,44	-1.384.134,91
Diferidos	12	1.477.164,20	9.326.434,26
Resultado após impostos		-1.194.377,20	-922.107,50
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração

Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny



ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas
3. Perímetro de consolidação
4. Correção da periodificação dos proveitos de locação operacional

BALANÇO: ACTIVO

5. Disponibilidades em outras instituições de crédito
6. Aplicações em instituições de crédito
7. Crédito a clientes
8. Activos não correntes detidos para venda
9. Activos tangíveis
10. Activos intangíveis
11. Activos por impostos correntes
12. Impostos diferidos
13. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

14. Recursos de outras instituições de crédito
15. Provisões
16. Passivos por impostos correntes
17. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

18. Capital

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

19. Juros e rendimentos similares
20. Juros e encargos similares
21. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
22. Resultados de alienação de outros activos
23. Outros resultados de exploração
24. Custos com o pessoal
25. Gastos gerais administrativos
26. Imparidade sobre clientes
27. Imparidade sobre outros activos
28. Resumo da composição do lucro consolidado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

29. Gestão de riscos
30. Relações com entidades relacionadas
31. Eventos subsequentes

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA, teve o início da sua actividade a 01 de Março de 2007 (com efeitos retroactivos a 01 de Janeiro de 2007), resultando da transformação da sociedade RCI Gest Sociedade de Comercio de Automóveis, SA, com início de actividade a 07 de Maio de 1980, numa Instituição Financeira de Crédito, passando a estar supervisionada pelo Banco de Portugal.

A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a locação financeira. É detida a 100% pela sociedade RCI Banque, SA. As restantes sociedades constantes na consolidação são as seguintes: RCI Gest Leasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A. e RCI Gest Seguros – Correctores, Lda, todas detidas directamente pela RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA a 100%.

As notas às demonstrações financeiras dizem respeito ao exercício de 2007.

As demonstrações financeiras serão apresentadas para aprovação em Conselho de Administração no dia 28 de Fevereiro de 2008 e em Assembleia Geral no dia 31 de Março de 2008.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") tal como definidas pelo Aviso 1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas na base do custo histórico.

2.2 Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a agregação das demonstrações financeiras separadas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA e das demonstrações financeiras individuais das entidades que sejam directa ou indirectamente por si controladas (subsidiárias). Se necessário, são efectuados ajustamentos ao nível da consolidação de forma a corrigir a aplicação dos princípios e critérios previstos nas NCA's e de forma a assegurar a sua uniformidade.

Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com o objectivo de obter benefícios das suas actividades.

As transacções e os saldos entre as subsidiárias cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

O lucro consolidado do exercício resulta de agregação dos resultados líquidos da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA e das subsidiárias após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como aqueles que uniformizam a aplicação dos princípios de contabilidade do Grupo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas.

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2.4 Informação comparativa

A empresa passou a adoptar as Normas de Contabilidade Ajustadas a 01 de Janeiro de 2007. Desta forma, foram efectuados ajustamentos contabilísticos com impacto na situação líquida da instituição. A reconciliação entre a situação líquida consolidada, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e a situação líquida conforme as Normas de Contabilidade Ajustadas à data da conversão é demonstrada da seguinte forma:

SITUAÇÃO LÍQUIDA POC	32 076 094
Correcção do valor das provisões para cobrança duvidosa	3 042 257
Correcção do valor das provisões para crédito vencido	-8 409 778
Correcção do valor das provisões para riscos gerais de crédito	-2 857 845
Anulação de provisão para clientes – não fiscais	2 211 465
Correcção do valor das provisões para activos não correntes	6 765 480
Reclassificação da dívida de clientes	- 2 503 532
Correcção da periodificação dos proveitos de loc. Operacional (Nota 3)	940 420
SITUAÇÃO LÍQUIDA NCA	31 264 561

A natureza dos ajustamentos efectuados diz respeito à alteração no critério de provisionamento utilizado pela RCI Gest Instituição Financeira de Crédito, SA. Até ao final de 2006, enquanto sociedade comercial, a instituição tinha um critério contabilístico próprio, através de uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos eram similares, determinando-se perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares. No início de 2007, com a adopção das NCA's o cálculo da imparidade passou a estar de acordo com o descrito no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

2.5 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Créditos a clientes

O cálculo da imparidade da carteira de crédito a clientes, é efectuado com base na antiguidade dos valores vencidos e no tipo das Garantias obtidas, de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal e respectivas alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/03.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados de mesma rubrica de Imparidade acima referida.

2) Operações de locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

Os encargos directamente associados à origem dos contratos de locação financeira são diferidos pela taxa efectiva do contrato e registados em resultados na rubrica Encargos com serviços e Comissões durante o prazo dos contratos.

3) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Entidade e se houver suficiente prova de que a Entidade continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Nesta rubrica são registados os valores de veículos recuperados pela rescisão de contratos de locação.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor.

4) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a gastos com aumento de capital, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

5) Activos tangíveis

Os activos tangíveis dizem respeito, na sua maioria, a activos em locação operacional e a equipamento diverso, tal como mobiliário e equipamento informático. Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, no caso dos activos em locação operacional. As amortizações dos activos em locação operacional são efectuadas de acordo com o critério económico, que consiste numa linearização sobre o activo efectuada em função da duração (em dias) estabelecida no contrato. A base amortizável é constituída pelo valor de aquisição deduzido do seu valor residual. As restantes amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos.

As taxas de amortização utilizadas sobre os activos tangíveis da empresa são como segue:

RUBRICAS	Tx. Amortização
Edifícios	2%
Mobiliário diverso	12,5%
Máquinas e ferramentas	20%
Equipamento Informático	25% e 33,33%
Outro equipamento	12,5%
Activos em locação operacional	Em função da duração do contrato
Outros activos tangíveis	25%

Os activos de locação operacional, exceptuando os que dizem respeito a bens temporariamente não locados, não estão disponíveis para venda por estarem associados a contratos activos de locação operacional, celebrados com um locatário que assume direitos e obrigações sobre o bem em questão, constituindo tal uma restrição ao título.

6) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Entidade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

7) Impostos

A RCI e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável no exercício em que os lucros tributáveis são gerados. Os efeitos nos impostos futuros por diferenças temporárias relativas à existência de provisões não aceites para efeitos fiscais são reconhecidos como activos por impostos diferidos.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

8) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

9) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa e saldos à ordem junto de outras instituições de crédito.

3. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação é constituído pela empresa-mãe, RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, SA e pelas empresas consolidadas, RCI Gest Leasing - Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, SA e RCI Gest Seguros - Corretores, Lda.

Todas as sociedades consolidadas são detidas directamente a 100% pela RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA

A sociedade RCI Gest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA deixou de fazer parte do perímetro de consolidação durante o exercício de 2007, em virtude de ter sido dissolvida a 31 de Agosto de 2007.

4. CORRECÇÃO DA PERIODIFICAÇÃO DOS PROVEITOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL

Foram detectadas, durante o exercício de 2007, franquias de contratos de locação operacional a serem incorrectamente periodificadas. O impacto por exercício decorrente desta situação é demonstrado de seguida:

ANO	MONTANTE
2007	297 830
2006	302 900
2005	248 625
2004	261 235
2003	127 660

Da correcção efectuada, resultou um impacto positivo na situação líquida de 2006 no valor de 940 420 euros que se repartiu entre 302 900 euros no resultado do exercício e 637 520 euros em resultados transitados. Sobre o exercício de 2007, a correcção teve um impacto positivo no resultado do ano de 297 830 euros.

CE
MF

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

O Saldo, no montante de 1 752 427 Euros respeita a Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito domiciliadas em Portugal.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito" tinha a seguinte composição:

Descritivo	2007	2006
• Até 3 meses	0	0
• De 3 meses a 1 ano	0	12 126 868
• De 1 ano a 5 anos	0	0
• Mais de 5 anos	0	0
Total	0	12 126 868

7. CRÉDITOS A CLIENTES

A rubrica de "Crédito a clientes" contém valores relativos a operações de locação financeira mobiliárias. No caso do crédito e juros vencidos, são ainda consideradas, além da locação financeira, prestações vencidas de operações de locação operacional e contratos de manutenção e extensão de garantia.

O detalhe da rubrica "Crédito a clientes" por prazo residual, no caso do crédito vincendo e por prazo de vencimento, no caso do crédito vencido era, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, como segue:

	2007	2006
CRÉDITO VINCENDO A CLIENTES:		
Até 3 meses	16 420 431	28 810 485
De 3 meses a 1 ano	47 161 239	66 847 860
De 1 ano a 5 anos	111 303 366	143 649 841
Mais de 5 anos	0	0
Sub-Total	174 885 036	239 308 187
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS:		
Até 3 meses	723 105	2 379 197
De 3 meses a 1 ano	1 652 000	2 609 705
De 1 ano a 5 anos	5 007 516	4 481 159
Mais de 5 anos	9 773 686	11 589 260
Sub-Total	17 156 307	21 059 322
VALOR ANTES DE IMPARIDADE	192 041 343	260 367 509
IMPARIDADE SOBRE CRÉDITO A CLIENTES	-17 069 596	-21 441 523
TOTAL	174 971 747	238 925 986

O detalhe dos resultados financeiros a reconhecer no futuro sobre contratos de locação financeira, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, era como segue:

RESULTADOS FINANCEIROS A RECONHECER NO FUTURO:	2007	2006
Até 1 ano	6 424 309	8 169 314
De 1 ano a 5 anos	6 588 037	8 425 678
Mais de 5 anos	0	0
Sub-Total	13 012 346	16 594 992

O valor residual dos contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2007, ascende a 57 607 658 euros.

Nos contratos de locação financeira, não existem quaisquer rendas contingentes reconhecidas como proveito no exercício de 2007.

A locação financeira mobiliária efectuada corresponde a operações de locação de veículos não existindo nenhuma operação que individualmente represente mais de 5% do total do valor das locações.

8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de "Activos não correntes detidos para venda", em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 era como a seguir se mostra:

Descritivo	2007	2006
Veículos recuperados – temporariamente não locados	4 768 074	4 027 947
Imparidade sobre veículos recuperados	-1 762 747	-628 619
Total	3 005 327	3 399 328

9. ACTIVOS TANGÍVEIS

O detalhe da rubrica "Outros activos tangíveis", bem como a sua evolução, em 2007, é como segue:

. Valor antes de amortizações e provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	ALIENAÇÃO/ ABATES	SALDO FINAL
Terrenos e Recursos Naturais	90 889			90 889
Edifícios	556 495		34 616	521 879
Mobiliário diverso	1 156 442	2 951	5 070	1 154 323
Máquinas e ferramentas	68 103	6 175	22 749	51 529
Equipamento Informático	1 295 066	346 755	6 005	1 635 816
Outro equipamento	22 621		496	22 125
Activos em locação operacional (a)	98 867 690	107 158 611	106 633 031	99 393 270
Outros activos tangíveis	1 085 332	711 224	589 628	1 206 927
Imobilizações em Curso	10 810 571	238 682	10 810 571	238 682
TOTAL	113 953 209	108 464 398	118 102 166	104 315 441

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Initials]
 Ce

. Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ	SALDO FINAL
Amortizações				
Edifícios	326 548	13 239	27 359	312 428
Mobiliário diverso	345 053	111 072	5 069	451 056
Máquinas e ferramentas	68 103	1 235	22 749	46 589
Equipamento Informático	601 970	467 515	3 592	1 065 893
Outro equipamento	21 481	570	496	21 555
Activos em locação operacional (a)	12 609 919	18 780 217	17 873 631	13 516 505
Outros activos tangíveis	358 181	301 732	195 957	463 956
Sub-total	14 331 255	19 675 580	18 128 853	15 877 982
Provisões				
Activos em locação operacional	203 520	118 721	140 650	181 592
TOTAL	14 534 775	19 794 301	18 269 503	16 059 573

(a) Activos em locação operacional

O detalhe dos recebimentos mínimos previstos não canceláveis, por prazo residual, sobre contratos de locação operacional, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, era como segue:

RECEBIMENTOS MÍNIMOS PREVISTOS NÃO CANCELÁVEIS:	2007	2006
Até 1 ano	2 929 416	2 174 156
De 1 ano a 5 anos	229 820	265 016
Mais de 5 anos	0	0
TOTAL	3 159 236	2 439 172

As rendas contingentes reconhecidas como proveito nos exercícios de 2006 e 2007 repartem-se da seguinte forma:

DESCRITIVO	2007	2006
Facturação de prolongamentos	196 980	140 475
Penalizações por antecipações contratuais	365 363	287 839
TOTAL	562 343	428 314

Relativamente às operações de locação operacional, o financiamento de veículos colocados à disposição de sociedades de rent-a-car assume particular importância, as quais não pretendendo adquirir definitivamente os veículos indispensáveis à sua actividade, recorrem, para esse efeito, à celebração de contratos de Aluguer Operacional. Tendo em conta que as sociedades comerciais do grupo, Renault e Nissan, não possuem capacidade jurídica para a celebração daquele tipo de contratos, fazem-no através desta sociedade, assumindo contudo, o risco de retoma desses veículos no final dos mencionados contratos, conforme consta de Protocolos assinados entre as partes.

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A evolução da rubrica "Activos intangíveis" durante o exercício de 2007, é como segue:

. Valor antes de amortizações e provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	ALIENAÇÃO/ ABATES	SALDO FINAL
Despesas de instalação	352 848		188 428	164 420
TOTAL	352 848		188 428	164 420

. Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ	SALDO FINAL
Despesas de instalação	352 848		188 428	164 420
TOTAL	352 848		188 428	164 420

11. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 em "activos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2007	2006
IRC Liquidação Oficiosa	57 898	27 853
Total Activos por impostos correntes	57 898	27 853

[Handwritten signatures and initials]

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Sociedade regista os efeitos dos impostos diferidos nas suas contas, na rubrica da Demonstração de Resultados Imposto sobre o Rendimento do Exercício por contrapartida das rubricas de Balanço activa e passiva de Acréscimos e Diferimentos.

1) Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente:

Descritivo	2007	2006
1. Imposto do Exercício	-242 697	8 801 716
2. Gastos (proveitos) de impostos do exercício reconhecidos neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:		
a) ID com origem diferenças temporárias	-2 256 480	1 187 021
b) ID pela reversão de diferenças temporárias	3 869 202	9 492 179
c) ID relativos alteração das taxas de tributação	107 168	-
d) Reporte de prejuízos	-242 726	-1 352 766
3. Imposto Diferido (2 a+b+c+d)	1 477 164	9 326 434
4. Correções de impostos s/. exercícios anteriores	-77 650	859 417
5. Imposto Corrente (1-3-4)	-1 642 211	-1 384 135

2) Decomposição dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos por tipo de diferença à data do Balanço:

Descritivo	2007	2006
Diferenças temporárias originaram Activos por ID		
• Provisões não aceites fiscalmente	5 814 481	10 917 917
• Prejuízos fiscais	0	0
• Diferença entre + valias fiscais e contabilísticas	0	0
• Outros	0	0
Total 1	5 814 481	10 917 917
Diferenças temporárias originaram Passivos por ID		
• Diferimento de tributação das + valias	-593 820	- 3 201 794
• Retratamento Fiscal DC25	-1 987 635	- 19 028 691
• Ajustamento amortizações económicas locação operacional	-8 515 020	-
• Outros	-	-64 000
Total 2	-11 096 475	- 22 294 485
Valores reflectidos no balanço:		
Activos por Impostos Diferidos (Total 1 * taxas)	1 540 955	3 253 936
Passivos por Impostos Diferidos (Total 2 * taxas)	-2 940 705	6 130 850

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

3) Relacionamento entre o imposto do exercício e o resultado contabilístico e outras variações patrimoniais:

Descritivo	2007	2006
1. Resultados antes Impostos	-1 029 330	-8 864 407
2. Taxa imposto	26,5%	27,5%
3. Imposto do exercício	-242 697	8 801 716
4 Lucro Tributável	7 284 499	5 038 256
5. Consumo prejuízos fiscais	871 093	5 038 256
6. Imposto s/ rendimento	-1702 540	-499 659
7. Tributação autónomas	-17 321	-25 059
8. Estimativa de imposto (6 + 7)	-1 719 861	-524 718
9. Correções de impostos exercícios anteriores	77 650	-859 417
10. Imposto corrente (8+9)	-1 642 211	-1 384 135
11. Imposto diferido	1 477 164	9 326 434
12.Taxa média (8 / 4)	24%	10%
13.Taxa efectiva média (8 / 1)	-	-

As Autoridades Fiscais podem rever a situação fiscal durante um período de 4 anos. No caso da Sociedade eventuais correcções ao lucro tributável apenas aos exercícios que ainda não foram objecto de inspecção, ou seja 2005 e 2006.

No entanto não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa nas Demonstrações Financeiras.

13. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros activos" em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é como segue:

Descritivo	2007	2006
• IVA a recuperar	1 369 051	11 005 167
• Outros devedores – entidades relacionadas	14 773 689	7 334 803
• Processos fiscais	902 175	902 175
• Débitos de clientes	5 644 558	6 811 652
• Rendimentos a receber	1 383 536	2 238 319
• Adiantamentos a fornecedores	2 570 283	1 317 835
• Outros valores a regularizar	1 533 395	1 753 141
Total	28 176 687	31 363 092

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O Saldo da rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2007, no montante de 192 570 191 Euros reparte-se da seguinte forma: 187 037 341 euros referentes a uma dívida com uma Instituição de Crédito domiciliada em Portugal e 5 532 850 euros respeitantes a movimentos bancários em curso de natureza credora.

A sua repartição por prazo residual faz-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
• À vista	5 532 850	53 492
• Até 3 meses	170 231 341	261 421 437
• De 3 meses a 1 ano	16 806 000	
Total	192 570 191	261 474 929

15. PROVISÕES

O Saldo da rubrica de provisões em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2007 pode ser evidenciado como o quadro seguinte:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	TRANSF.	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Riscos e Encargos:					
- Riscos gerais de crédito	2 929 474	-	0	704 688	2 224 786
- Crédito vincendo	155 715		23 058	178 773	0
- Contingências fiscais	1 130 989	-	242 853	280 011	1 093 831
- Outros riscos e encargos	1 006 500	-	1 595 045	135 552	2 465 994
TOTAL	5 222 678	-	1 860 956	1 299 024	5 784 611

16. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 em "passivos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2007	2006
IRC a pagar	2 539 874	1 428 617
Pagamentos por conta	-77 806	0
Retenções na fonte	- 1 470	- 1 657
Total Passivos por impostos correntes	2 460 598	1 426 960

17. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros passivos", em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é como segue:

Descritivo	2007	2006
• Depósito de caução	46 045 802	56 205 730
• Sector público administrativo	4 585 582	2 259 839
• Fornecedores	1 727 477	10 510 334
• Encargos por gastos com pessoal	790 293	804 226
• Outros encargos a pagar	1 591 471	2 138 604
• Seguros a pagar	593 645	440 400
• Receitas com rendimento diferido	3 631 105	3 583 771
• Créditos de clientes a regularizar	1 675 725	2 165 202
• Adiantamentos por conta de vendas	478 062	969 562
• Facturas em aprovação	1 587 815	3 630 620
• Outros	1 135 793	3 532 745
Total	63 842 770	86 241 033

18. CAPITAL

Em 30 de Junho de 2007, o capital subscrito da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA ascende a 13 722 500 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2007, a RCI Banque, SA detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA.

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA não detinha em 31 de Dezembro de 2007 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe da rubrica "Juros e rendimentos similares" era como segue:

Descritivo	2007				2006			
	Particulares	Empresas	Outros	Total	Particulares	Empresas	Outros	Total
• Locação financeira	4 980 068	5 798 399		10 778 467	5 246 506	6 947 326		12 193 832
• Locação operacional		23 173 606		23 173 606		23 105 298		23 105 298
• Depósitos à ordem			337 702	337 702			359 100	359 100
Total	4 980 068	28 972 005	337 702	34 289 775	5 246 506	30 052 624	359 100	35 658 230

20. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe da rubrica "Juros e encargos similares" era como segue:

Descritivo	2007	2006
• Juros sobre empréstimos bancários	10 104 943	8 574 636
• Outros juros	61 334	32 215
• Comissões pagas ao custo amortizado	18 151	
• Amortizações do exercício de activos em locação operacional	18 648 077	16 866 730
Total	28 832 505	25 473 581

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O Saldo de rendimentos com serviços e comissões, no montante de 1 305 992 Euros diz respeito essencialmente a comissões cobradas pela empresa RCI Gest Seguros Corretores, Lda. sobre contratos de seguros.

A rubrica de encargos com serviços e comissões apresenta, a 31 de Dezembro de 2007, um saldo no valor de 2 603 260 euros relativos à remuneração feita à rede de concessionários Renault e Nissan, sobretudo a título de "rappel" sobre volumes efectuados.

22. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007			2006		
	Perdas	Ganhos	+/- valia	Perdas	Ganhos	+/- valia
• Activos em locação financeira	2 003 878	1 577 315	-426 563	2 896 922	1 345 374	-1 551 548
• Activos em locação operacional	1 298 231	621 452	-676 779	1 331 484	312 307	-1 019 177
• Outros activos tangíveis	108 369	11 197	-97 172	124 242	166 354	42 112
Total	3 410 478	2 209 964	-1 200 514	4 352 648	1 824 035	-2 528 613

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Outros resultados de exploração" detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
• Reembolso de despesas	2 030 954	1 698 523
• Rendimentos de contratos de manutenção	663 888	1 334 801
• Indemnizações	730 299	1 015 852
• Penalizações por antecipação de contratos	365 363	287 839
• Redébitos ao pessoal	147 309	179 135
• Facturação de prolongamentos	196 980	140 475
• Rendimentos de prestações de serviços diversos	3 152 021	4 944 005
• Recuperação de juros e despesas	830 075	0
• Compensações contratuais	-662 222	-577 403
• Dívidas incobráveis	-143 729	-5 722 715
• Reembolso de km's	-107 554	-324 181
• Impostos	-117 414	-1 752 925
• Rendimentos de participações de capital	0	0
• Quotizações	-91 301	-33 386
• Outros	1 270 687	1 540 472
Total	8 265 356	2 730 492

24. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Custos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
• Remunerações	2 199 588	2 245 317
• Encargos Sociais	552 604	481 423
• Outros custos com o pessoal	950 375	405 869
Total	3 702 567	3 132 609

Em 31 de Dezembro de 2007, o número médio de efectivos era de 54 funcionários.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
Gastos com fornecimentos		
• Água, energia e combustíveis	114 414	135 386
• Material de consumo corrente	84 870	168 794
• Limpeza, higiene e conforto	49 265	56 387
• Outros	2 359	69 533
	250 908	430 100
Gastos com serviços		
• Rendas e alugueres	496 849	496 069
• Comunicações	91 610	132 100
• Deslocações, estadas e representação	103 903	220 092
• Publicidade	444 849	439 497
• Conservação e reparação	1 716 976	2 431 959
• Seguros	809 810	816 269
• Contencioso e notariado	431 352	466 449
• Informática	1 333 054	1 481 072
• Prestações de serviços - recup. Crédito	1 048 702	1 073 535
• Reparações	732 802	853 882
• Contratos de manutenção	504 951	787 004
• Leiloeiras	376 924	116 530
• Outros gastos gerais administrativos	1 304 486	1 898 854
	9 396 268	11 213 312
Total	9 647 176	11 643 412

26. IMPARIDADE SOBRE CLIENTES

O detalhe da rubrica imparidade sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra.

CONTAS	SALDO INICIAL	UTILIZAÇÃO EM BALANÇO	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Imparidade sobre crédito a clientes	21 441 523	-599 384	2 270 648	6 043 190	17 069 596
	21 441 523	-599 384	2 270 648	6 043 190	17 069 596

27. IMPARIDADE SOBRE OUTROS ACTIVOS

O detalhe da imparidade sobre outros activos, incluindo activos não correntes detidos para venda e activos tangíveis em locação operacional em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra.

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Activos não correntes detidos para venda	628 619	1 716 748	582 620	1 762 747
Activos tangíveis em locação operacional (ver nota 6)	203 520	118 722	140 650	181 592
Outros activos	56 543	-	24 662	31 881
	888 682	1 835 470	747 932	1 976 220

28. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO LUCRO CONSOLIDADO

A formação do lucro consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, pode ser resumida da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
• RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA	-3 183 399	-2 621 168
• RCI Gest SGPS, SA	306 748	354 330
• RCI Gest Leasing SLFM, SA	555 470	168 149
• RCI Gest Seguros – Correctores, Lda	1 126 804	1 176 581
Total	-1 194 377	-922 108

29. GESTÃO DE RISCOS

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de taxa de juro e de liquidez.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

A fim de controlar o risco de crédito cliente e rede, a empresa tem estabelecidas normas internas e procedimentos no que respeita à aceitação e acompanhamento dos seus clientes, de acordo com as preconizações constantes do Grupo RCI BANQUE para as suas filiais.

Privilegia-se não só a profissionalização da aceitação como também as acções de prevenção e a segregação de funções.

Handwritten signature/initials

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As Regras de Aceitação do Financiamento Cliente são definidas pela Direcção de Serviços a Clientes, pela Direcção Administrativa e Financeira e pela RCI BANQUE - Direcção de Risco. Existe uma grelha de score, definida de acordo com os princípios do Grupo, cabendo a Manutenção do Sistema de Score a técnicos especialistas da RCI BANQUE, que assumem essa função em todas as filiais do Grupo. Estes dois factores conjugados permitem assegurar a segregação de funções relativamente à Direcção que obtém os contratos, visto que a Aceitação se integra na Direcção de Serviços a Clientes.

As Regras de Aceitação do Financiamento Rede, e de renovação dos limites das linhas já aceites, são definidas pela Direcção de Crédito Rede respeitando os critérios definidos pelo Grupo RCI BANQUE.

Existe uma grelha de cotação a que está associada não só o tipo de financiamento a que o cliente rede poderá ter acesso, mas também, o limite de financiamento a conceder, privilegiando-se os critérios objectivos a par da análise pelo analista financeiro.

Ao controlo do risco de crédito Rede está subjacente a evolução de indicadores de médio e curto prazo, sendo que as obrigações de informação à RCI Banque Portugal constituem uma obrigação contratual :

Indicadores de médio prazo: evolução da estrutura financeira dos concessionários, e dos grupos a que eventualmente pertençam, avaliada com base num dossier recebido anualmente,

Indicadores de curto prazo, nomeadamente:
a evolução da rentabilidade de exploração, avaliada com base no seguimento trimestral das contas de exploração dos mesmos, a evolução do comportamento de pagamento, avaliada com base no seguimento diário, os resultados das auditorias regulares de stocks subjacentes às linhas financiadas pela RCI Banque.

Em caso de não respeito das regras mínimas de aceitação de risco pela RCI Banque ou de degradação financeira são tomadas medidas preventivas ou correctivas definidas em procedimento em função do grau de gravidade da situação (desde a redução limites, exigência de garantias e planos de acção, até à própria suspensão do financiamento do concessionário por parte da RCI Banque). Estão também previstas análises às demonstrações financeiras da Rede, em caso de cotação fraca ou de degradação financeira grave, realizadas por auditor independente.

A avaliação da qualidade do risco de crédito à Rede, efectuada mensalmente, traduz-se no cálculo mensal das provisões.

Este cálculo, tem por base um procedimento comum a todo o grupo RCI BANQUE, em que se classifica o Capital Financiado consoante a classe de risco de crédito: "são", com incidentes e "em risco de incumprimento". O cálculo das provisões é tanto mais apurado quanto mais elevada for a probabilidade de risco de incumprimento. A categoria "em risco de incumprimento" corresponde à integração do cliente num estatuto especial de pré-alerta e alerta que, desencadeia, para além do provisionamento mais elevado, um conjunto de medidas cautelares de acção imediata.

Os Comitês especializados de seguimento que contribuem para o controlo do risco, têm como principais funções, detectar as tendências de evolução do crédito mal-parado e desencadear as acções preventivas ou correctivas necessárias, decorrentes da evolução constatada e previsível do mercado ou de um perfil de cliente em particular.

A exposição máxima da empresa ao risco de crédito atinge 174 971 747 euros no caso de contratos de locação financeira e 85 695 173 euros sobre os contratos de locação operacional.

A antiguidade de crédito em mora antes de imparidade encontra-se descrita na nota 5 do corrente Anexo. Relativamente ao cálculo da imparidade, a empresa efectua-o de acordo com o estabelecido no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro, numa base consolidada. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma

a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuado através de um sistema de informação, intitulado "Cristal", que tem como referência a "Charte Cristal".

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

O acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no acompanhamento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e de um "Spotting" mensal apresentado ao Comité Financeiro do Grupo.

A análise dos passivos por maturidade contratual encontra-se descrita na nota 12 do Anexo.

Risco de Mercado

A política de refinanciamento da empresa encontra-se definida e centralizada na casa-mãe – RCI Banque. O seguimento do risco de taxa de juro é realizado numa base consolidada abrangendo as entidades RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., RCI Gest Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. e RCI Gest Seguros – Corretores, Lda. Desta forma, a sociedade, tendo em conta os procedimentos definidos e de forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI Banque – entidade não residente e domiciliada em França.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro é efectuado diariamente, através de um sistema de informação intitulado "Cristal" que é propriedade do grupo. A alimentação deste sistema é feita tanto localmente pelas filiais como centralmente pela casa-mãe.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE .- Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documentos de referência a "Carta de Gestão e Seguimento do Risco Operacional" e a Matriz de Controlos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Em 2005 elaborou-se a 1ª. Cartografia de Riscos Operacionais do Grupo, que consistiu na avaliação e priorização dos riscos dos processos com maior risco.

Os resultados foram apresentados e validados em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção e enviados à RCI BANQUE.

Outros instrumentos de seguimento estão a ser implementados por etapas nas filiais, tais como: base de colecta de incidentes e indicadores de risco operacional.

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Políticas de Gestão do Capital

O capital regulamentar da sociedade decompõem-se conforme descrito de seguida:

Descritivo	2007	2006
• TIER1: RCI Banque SA	13 722 500	13 722 500

Cálculo do rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade foi determinado de acordo com o estabelecido no Aviso nº1/93 do Banco e, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
Capital	13 722 500	13 722 500
Outras reservas e resultados transitados	17 633 942	18 464 168
Resultado líquido do exercício	-1 194 377	-922 108
Fundos próprios de base (a)	30 162 065	31 264 561
Provisões para riscos gerais de crédito	2 929 474	2 224 786
Fundos próprios complementares (b)	2 929 474	2 224 786
Fundos próprios de referência (a) + (b)	33 091 539	32 548 927
Valor total do activo ponderado	297 715 691	383 785 820
Rácio de solvabilidade	11,1%	8,7%

Mensalmente a Administração e Direcção Financeira da RCI Gest IFIC, SA efectua uma análise dos resultados e actividade da empresa, da mesma forma que é feita a validação do cumprimento do rácio de solvabilidade mínimo exigido pelo Aviso Nº1/93 do Banco de Portugal.

Handwritten signature and initials:
MK
ce
h

30. RELAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 tem a seguinte composição:

Descritivo	2007	2006
SALDOS COM DETENTORES DE PARTICIP. NA EMPRESA		
RCI Banque	0	12 131 256
Activos	19 759	2 200 979
Passivos	73 798	99 582
Custos	0	351 936
Proveitos	15 000	3 679 131
Extrapatrimoniais		
SALDOS COM OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS		
Renault SA – Sigma Services		
Passivos	13 650	49 053
Sogesma SARL		
Passivos	142 111	172 207
Custos	594 601	710 453
Comp. Cr. Fin. Inv. Renault do Brasil		
Activos	44 203	29 522
Proveitos	143 879	29 522
RCI BQNAUE POLSKA		
Proveitos	0	76 429
RCI Banque Sucursal Portugal		
Activos	164 325	223 632
Passivos	187 274 051	259 899 803
Custos	10 056 554	8 481 147
Proveitos	0	30 673
Renault Portugal, SA		
Activos	9 014 937	8 781 571
Passivos	2 402 408	15 021 663

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

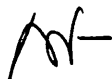
Devido a imposição de natureza regulamentar, o Grupo RCI em Portugal sentiu a necessidade de reorganizar a sua actividade de locação, tendo decidido pela fusão da RCI Gest Leasing SLFM, SA na RCI Gest IFIC, SA.

Esta transformação irá ocorrer no início do exercício de 2008.

As alterações previstas poderão constituir num curto/médio prazo uma alavanca a desenvolvimento da locação financeira, nomeadamente através do alargamento desta oferta aos clientes particulares.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Alexandra Ferreira



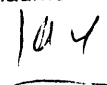
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Patrice Cabrier

Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e

Guillaume Cuny



RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, SA.

Rua José Espírito Santo, Lote 12E 1950-096 Lisboa

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Contribuinte nº. 500 970 599

Mapa de movimento dos capitais próprios consolidados em 31 de Dezembro de 2007

Contas	Saldo Inicial	Aumentos/ Diminuições	Regularizações	Mov. resultantes dissolução RCI Gest SGPS, SA	Aplicação de Resultados	Saldo Final
Capital Social	13.722.500					13.722.500
Ajustes de partes de Capital	15.692	11	30.957	180.297		226.957
Reserva Legal	5.490.209			-2.746.821		2.743.388
Reserva Reavaliação	0					0
Outras Reservas	48.637			-48.637		0
Resultados Transitados	12.909.631		39.116	2.636.957	-922.108	14.663.597
Resultado líquido	-922.108	-1.194.377			922.108	-1.194.377
Total de Capitais próprios	31.264.561	-1.194.366	70.073	21.796	0	30.162.065

A Técnica Oficial de Contas

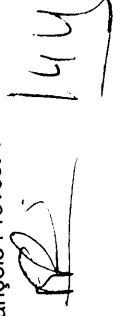
Alexandra Ferreira

**O Conselho de Administração**

Presidente - Patrice Cabrier

Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
31-12-2007

	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Resultado líquido do exercício	-1.194.377,20	-922.107,50
Ajustamentos	19.675.579,83	18.562.727,64
Amortizações	-2.722.456,75	751.692,98
Provisões	0,00	-3.314.469,44
Resultados financeiros	68.832.229,21	40.459.112,12
Aumento das dívidas de terceiros	0,00	0,00
Diminuição das existências	-17.877.845,29	-24.863.804,21
Diminuições das dívidas a terceiros	63.942,31	645.196,53
Aumento dos proveitos diferidos	1.044.320,41	814.999,66
Diminuição de acréscimos de proveitos	2.772.241,74	1.906.732,70
Diminuição dos custos diferidos	-6.740.866,30	-9.243.589,42
Diminuição de acréscimos de custos	-2.111.045,32	-1.806.131,88
Ganhos na alienação de imobilizações	3.324.179,56	4.335.492,88
Perdas na alienação de imobilizações		
Fluxo das actividades operacionais (1)	65.065.902,20	27.325.852,06
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	87.949.606,47	80.630.211,74
Juros e proveitos similares	0,00	12.084.713,37
Dividendos	0,00	92.714.925,11
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	97.653.826,96	106.066.351,68
Fluxo das actividades de investimento (2)	-9.704.220,49	-13.351.426,57
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	0,00	4.253.958,17
Dividendos	0,00	8.770.243,93
Empréstimos obtidos	68.904.738,20	48.331,70
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-68.904.738,20	-13.072.533,80
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-13.543.056,49	901.891,69
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.295.513,69	14.393.622,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.752.457,20	15.295.513,69
Disponibilidades constantes do balanço	-13.543.056,49	901.891,69

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

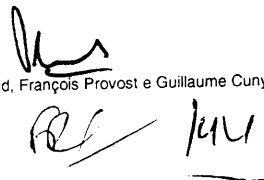
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes	2007	2006
Numerário	30,00	30,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.752.427,20	15.295.483,69
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	1.752.457,20	15.295.513,69
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	1.752.457,20	15.295.513,69

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO (Contas Consolidadas)

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais e aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório e parecer sobre as contas consolidadas da **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, as quais, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração nos termos do disposto no nº 1 do Artigo 508 - D do Código das Sociedades Comerciais.

Verificámos o perímetro de consolidação que foi definido pela **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, como Sociedade consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei nº 36/92, de 28 de Março, e que, nos seus aspectos essenciais, foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas na referida legislação.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação emitimos os respectivos Relatórios, Pareceres e Certificações Legais de Contas em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

Nesta data emitimos a Certificação legal das Contas Consolidadas e o Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, os quais endereçamos ao Conselho de Administração.

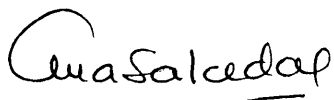
Face ao exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das Sociedades compreendidas na consolidação, em nossa opinião as contas consolidadas da **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de

Dezembro de 2007, satisfazem as disposições legais e dão a conhecer os resultados apurados no exercício e a situação financeira consolidada no final do exercício, pelo que somos de parecer que merecem aprovação.

Lisboa, 3 de Março de 2008

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

Rep.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **RCI GEST - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de balanço de 297.760.939,45 Euros e um total de capital próprio de 30.162.064,77 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.194.377,20 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e a Demonstração Consolidada das Variações em Capital Próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o



mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição

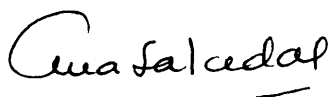
financeira consolidada de **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as divulgações dos parágrafos 1 e 2.4 das Notas às Demonstrações Financeiras relativas à transformação da Sociedade em Instituição Financeira de Crédito e consequente aplicação pela primeira vez, em 2007, das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Lisboa, 3 de Março de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Sede Social: Rua José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950-096 LISBOA
Capital Social: € : 13.722.500
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa,
Pessoa Colectiva nº. 500 970 599

- CONVOCATÓRIA -

Convoco a Assembleia Geral desta sociedade para se reunir, na sua sede social, no próximo dia 31 de Março de 2008, pelas 09,30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício de 2007 e a proposta de aplicação de resultados, bem como dar cumprimento ao disposto do art.º 455º, do Código das Sociedades Comerciais.
- 2º. Deliberar sobre o relatório e contas consolidadas do exercício de 2007.
- 3º. Proceder à eleição do Fiscal Único e respectivo Suplente para o triénio de 2008 a 2010.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

A PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr.ª Ana Maria Tomé

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

- EXERCÍCIO DE 2007 -

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., apresentar a V.Exas. o relatório de gestão, balanço e contas relativas ao exercício de 2007.

INTRODUÇÃO

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. tem como accionista único a RCI Banque.

O mercado automóvel português observou durante o ano de 2007 um aumento de 4% face ao ano anterior, tendo a Renault mantido o 1º lugar na tabela de marcas mais vendidas em Portugal com 35 000 veículos matriculados e uma penetração sobre o mercado de todas as marcas de 13%.

A Nissan matriculou durante o ano 2007, um total de 5 000 veículos com uma penetração de 2% sobre o mercado de todas as marcas.

ACTIVIDADE COMERCIAL

A RCI Gest – IFIC, SA em 2007, reflecte a competitividade do mercado financeiro português, tendo registado uma diminuição de penetração sobre matrículas de 9,8% (Renault+ Nissan).

No mercado das empresas o volume de contratos contabilizados foi de 9 268 contratos, que representam 85% dos novos financiamentos RCI.

Na vertente dos clientes particulares, a RCI Gest - IFIC, SA manteve a estratégia da oferta de financiamentos e serviços, flexibilizando-a ao mercado actual, tendo contabilizando um total de 1 625 contratos.

A RCI Gest - IFIC, SA nos contratos de locação de viaturas contabilizou 8 870 contratos de viaturas novas e 2 023 viaturas usadas.

A frota total em regime de Aluguer Longa Duração atingiu 26 583 viaturas no final de 2007.

RISCO

O ano de 2007 continuou a apresentar uma conjuntura económica desfavorável e um sobre endividamento das famílias.

No entanto, com a implementação da estratégia da RCI Gest na área da recuperação de crédito, a empresa conseguiu manter uma boa performance que permitiu manter um baixo nível de risco.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2007 ainda que timidamente, a recuperação da economia continuou em Portugal, superando ligeiramente as previsões de há um ano atrás.

No que diz respeito à política financeira, a sociedade orienta-se estritamente pelas directrizes preconizadas pelo Grupo para as suas filiais na Europa Ocidental, pelo que o refinanciamento é realizado a 100% pela Sucursal do accionista em Portugal, e o risco de taxa de juro é seguido em local e gerido centralmente de uma forma consolidada.

RECURSOS HUMANOS

A Política de Recursos Humanos da empresa valoriza o desenvolvimento das competências dos seus colaboradores de forma a atrair, reter e desenvolver os profissionais mais qualificados para o seu negócio.

No Grupo RCI Banque Portugal, a formação tem ocupado desde sempre um lugar de destaque, tendo como objectivo acompanhar o Plano Trienal de forma a tornar a empresa mais profissional, mais competitiva e orientada para a satisfação dos seus clientes. Deste

modo, a Direcção de Recursos Humanos tem continuado a apostar na formação, com o intuito de aumentar o profissionalismo dos seus colaboradores e a sua reactividade numa perspectiva de serviço ao cliente.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A RCI Gest - IFIC, SA tem procurado responder às tendências do mercado com a evolução da sua oferta de produtos de locação e serviços associados, face a um mercado em permanente mudança, quer em termos concorrenciais, quer em termos legislativos.

O ano 2008 será marcado pela fusão da sociedade RCI Gest Leasing SLFM, SA na RCI Gest IFIC, SA e consequente aposta comercial no produto Leasing.

PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício, negativo, em 3 072 365,08 Euros tenha a seguinte afectação:

Eur: - 3 072 365,08 para Resultados Transitados

Caso a proposta seja aprovada pela Assembleia Geral, a Situação Líquida, após esta afectação, será de Eur: 28 590 824,68

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

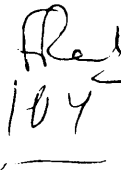
Presidente: Sr. Patrice Cabrier

Administradores: Sr. Patrick Poulain

Sr. Frederic Renaud

Sr. François Provost

Sr. Guillaume Cuny



Balanco em 31 de Dezembro 2007

(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2007		2006 (Após aplicação NCA)	Notas/ Quadros Anexos	2007	2006 (Após aplicação NCA)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações			Valor Líquido	
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		30,00		30,00		30,00	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	378.362,58		378.362,58		378.362,58	
Aplicações em instituições de crédito		0,00		0,00		0,00	
Activos financeiros deitados para negociação							
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados							
Activos financeiros deitados para venda							
Crédito a clientes	5	186.689.283,37	16.123.893,50	170.565.389,87			
Investimentos deitados até à maturidade							
Activos com acordo de recompra							
Derivados de cobertura							
Activos não correntes deitados para venda	6	4.623.809,98	1.694.693,03	2.929.116,95			
Propriedades de investimento							
Activos tangíveis	7	104.315.441,29	16.059.572,73	88.255.868,56			
Activos intangíveis	8	163.547,65	163.547,65	0,00			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	9	4.146.828,78		4.146.828,78			
Activos por impostos correntes	10	57.897,59		57.897,59			
Activos por impostos diferidos	11	1.522.955,00		1.522.955,00			
Outros activos	12	27.756.288,20	31.880,68	27.724.407,52			
PASSIVO							
Recursos de bancos centrais							
Passivos financeiros deitados para negociação							
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Recursos de outras instituições de crédito							
Recursos de clientes e outros empréstimos							
Responsabilidades representadas por títulos							
Passivos financeiros associados a activos transferidos							
Derivados de cobertura							
Passivos não correntes deitados para venda	14						
Provisões							
Passivos por impostos correntes	15						
Passivos por impostos diferidos	11						
Instrumentos representativos de capital							
Outros passivos subordinados							
Outros passivos	16						
Total de Passivo							
CAPITAL							
Capital							
Prémios de emissão							
Outros instrumentos de capital	17						
Ações próprias							
Reservas de reavaliação							
Outras reservas e resultados transferidos							
Resultado do exercício							
Dividendos antecipados							
Total de Capital							
Total de Passivo + Capital							

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
Presidente - Páinice Cabrer
Administradores: Páinice Poulain
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

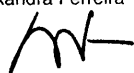
RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Rua José Espírito Santo, Lote 12E 1950-096 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Contribuinte n.º. 500 970 599

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2007

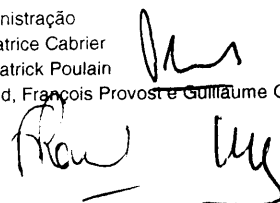
(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2007	2006
Juros e rendimentos similares	18	33.524.162,44	34.744.163,68
Juros e encargos similares	19	-28.784.478,92	-25.380.661,14
Margem Financeira		4.739.683,52	9.363.502,54
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	20	116.412,63	294.111,79
Encargos com serviços e comissões	20	-2.598.087,59	-4.027.486,81
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos	21	-1.213.134,24	-2.518.147,78
Outros resultados de exploração	22	8.361.336,53	4.143.866,15
Produto bancário		9.406.210,85	7.255.845,89
Custos com o pessoal	23	-3.570.541,03	-3.009.716,31
Gastos gerais administrativos	24	-9.500.397,82	-11.232.727,72
Amortizações do exercício	7	-1.027.502,95	-1.695.998,12
Provisões líquidas de reposições e anulações	14	-750.893,43	-3.426.582,96
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes (líquidas de reposições e anulações)	26	3.610.254,70	2.895.430,03
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	27	-1.080.587,93	
Resultado antes de impostos		-2.913.457,61	-9.213.749,19
Impostos			
Correntes	11	-1.688.071,67	-1.152.104,18
Diferidos	11	1.529.164,20	9.330.434,26
Resultado após impostos		-3.072.365,08	-1.035.419,11
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração
Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny



RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, SA.

Rua José Espírito Santo, Lote 12E 1950-096 Lisboa

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Contribuinte nº. 500 970 599

Mapa de movimento de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007

Contas	Saldo Inicial	Aumentos/ Diminuições	Regularizações	Mov. resultantes dissolução RCI Gest SGPS, SA	Aplicação de resultados	Saldo Final
Capital Social	13.722.500,00					13.722.500,00
Ajustes de partes de Capital	2.666.592,72	11,32	30.955,73	-2.470.603,66		226.956,11
Reserva Legal	2.743.388,43					2.743.388,43
Reserva Reavaliação						0,00
Outras Reservas						0,00
Resultados Transitados	12.989.524,33		39.116,27	2.977.123,73	-1.035.419,11	14.970.345,22
Resultado líquido	-1.035.419,11	-3.072.365,08			1.035.419,11	-3.072.365,08
Total de Capitais próprios	31.086.586,37	-3.072.353,76	70.072,00	506.520,07	0,00	28.590.824,68

A Técnica Oficial de Contas
Alexandra Ferreira



O Conselho de Administração

Presidente - Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 31-12-2007

	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Resultado líquido do exercício	-3.072.365,08	-1.035.419,11
Ajustamentos	19.675.579,83	18.562.727,64
Amortizações	-2.307.403,79	531.152,93
Provisões	0,00	-3.893.128,43
Resultados financeiros	64.544.447,99	31.076.051,73
Aumento das dívidas de terceiros	0,00	0,00
Diminuição das existências	-15.874.346,23	-15.828.101,95
Diminuições das dívidas a terceiros	66.832,73	646.833,51
Aumento dos proveitos diferidos	1.002.584,00	292.133,14
Diminuição de acréscimos de proveitos	3.033.536,44	665.010,73
Diminuição dos custos diferidos	-6.702.950,60	-9.195.187,83
Diminuição de acréscimos de custos	-2.111.045,32	-1.806.131,88
Ganhos na alienação de imobilizações	3.324.179,56	4.335.492,88
Perdas na alienação de imobilizações	12.203.902,52	
Ajustamento decorrente da dissolução da RCI Gest SGPS, SA		
Fluxo das actividades operacionais (1)	73.782.952,05	24.351.433,36
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	87.949.606,48	80.630.211,74
Juros e proveitos similares	0,00	11.425.215,20
Dividendos	1.413.253,30	89.362.859,78
		726.846,99
		92.782.273,93
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	97.653.826,96	97.653.826,96
		106.066.351,68
		106.066.351,68
Fluxo das actividades de investimento (2)	-8.290.967,18	-13.284.077,75
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
		0,00
		0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	0,00	8.677.323,80
Dividendos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	66.703.758,78	66.703.758,78
		2.803.958,17
		11.481.281,97
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-66.703.758,78	-11.481.281,97
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-1.211.773,91	-413.926,36
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.590.166,49	2.004.092,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	378.392,58	1.590.166,49
	-1.211.773,91	-413.926,36

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2007	2006
Numerário	30,00	30,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	378.362,58	1.590.136,49
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	378.392,58	1.590.166,49
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	378.392,58	1.590.166,49

A Técnica Oficial de Contas
 Alexandra Ferreira

O Conselho de Administração
 Presidente - Patrice Cabrier
 Administradores: Patrick Poulain

Frederic Renaud, François Provost e Guillaume Cuny

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas
3. Correção da periodificação dos proveitos de locação operacional

BALANÇO: ACTIVO

4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Crédito a clientes
6. Activos não correntes detidos para venda
7. Activos tangíveis
8. Activos intangíveis
9. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
10. Activos por impostos correntes
11. Impostos diferidos
12. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

13. Recursos de outras instituições de crédito
14. Provisões
15. Passivos por impostos correntes
16. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

17. Capital

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

18. Juros e rendimentos similares
19. Juros e encargos similares
20. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
21. Resultados de alienação de outros activos
22. Outros resultados de exploração
23. Custos com o pessoal
24. Gastos gerais administrativos
25. Imparidade sobre clientes
26. Imparidade sobre outros activos

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

27. Gestão de riscos
28. Relações com entidades relacionadas
29. Eventos subsequentes
30. Demonstração dos fluxos de caixa

1. INFORMAÇÃO GERAL

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA, teve o início da sua actividade a 01 de Março de 2007 (com efeitos retroactivos a 01 de Janeiro de 2007), resultando da transformação da sociedade RCI Gest Sociedade de Comercio de Automóveis, SA, com início de actividade a 07 de Maio de 1980, numa Instituição Financeira de Crédito, passando a estar supervisionada pelo Banco de Portugal.

A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a locação financeira. É detida a 100% pela sociedade RCI Banque, SA.

À data de 31 de Agosto de 2007, a sociedade RCI Gest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, detida directamente a 100% pela RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA, foi dissolvida. A dissolução da Sociedade enquadra-se na reestruturação societária do Grupo RCI Banque em Portugal. Em 3 de Setembro de 2007, o Banco de Portugal formalizou a não oposição à dissolução.

As notas às demonstrações financeiras dizem respeito ao exercício de 2007.

As demonstrações financeiras serão apresentadas para aprovação em Conselho de Administração no dia 28 de Fevereiro de 2008 e em Assembleia Geral no dia 31 de Março de 2008.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") tal como definidas pelo Aviso 1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas.

2.3. Informação comparativa

A empresa passou a adoptar as Normas de Contabilidade Ajustadas a 01 de Janeiro de 2007. Desta forma, foram efectuados ajustamentos contabilísticos com impacto na situação líquida da instituição. A reconciliação entre a situação líquida de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e a situação líquida conforme as Normas de Contabilidade Ajustadas à data da conversão é demonstrada da seguinte forma:

SITUAÇÃO LÍQUIDA POC	31 898 119
Correcção do valor das provisões para cobrança duvidosa	3 042 257
Correcção do valor das provisões para crédito vencido	-8 409 778
Correcção do valor das provisões para riscos gerais de crédito	-2 857 845
Anulação de provisão para clientes – não fiscais	2 211 465
Correcção do valor das provisões para activos não correntes	6 765 480
Reclassificação da dívida de clientes	- 2 503 532
Correcção da periodificação dos proveitos de loc. Operacional (Nota 3)	940 420
SITUAÇÃO LÍQUIDA NCA	31 086 586

A natureza dos ajustamentos efectuados diz respeito à alteração no critério de provisionamento utilizado pela RCI Gest Instituição Financeira de Crédito, SA. Até ao final de 2006, enquanto sociedade comercial, a instituição tinha um critério contabilístico próprio, através de uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos eram similares, determinando-se perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares. No início de 2007, com a adopção das NCA's o cálculo da imparidade passou a estar de acordo com o descrito no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

2.4 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) **Créditos a clientes**

O cálculo da imparidade da carteira de crédito a clientes, é efectuado com base na antiguidade dos valores vencidos e no tipo das Garantias obtidas, de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal e respectivas alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/03.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados de mesma rubrica de Imparidade acima referida.

2) **Operações de locação financeira**

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

Os encargos directamente associados à origem dos contratos de locação financeira são diferidos pela taxa efectiva do contrato e registados em resultados na rubrica Encargos com serviços e Comissões durante o prazo dos contratos.

3) **Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Entidade e se houver suficiente prova de que a Entidade continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Nesta rubrica são registados os valores de veículos recuperados pela rescisão de contratos de locação.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor.

4) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a gastos com aumento de capital, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

5) Activos tangíveis

Os activos tangíveis dizem respeito, na sua maioria, a activos em locação operacional e a equipamento diverso, tal como mobiliário e equipamento informático. Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, no caso dos activos em locação operacional. As amortizações dos activos em locação operacional são efectuadas de acordo com o critério económico, que consiste numa linearização sobre o activo efectuada em função da duração (em dias) estabelecida no contrato. A base amortizável é constituída pelo valor de aquisição deduzido do seu valor residual. As restantes amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos.

As taxas de amortização utilizadas sobre os activos tangíveis da empresa são como segue:

RUBRICAS	Tx. Amortização
Edifícios	2%
Mobiliário diverso	12,5%
Máquinas e ferramentas	20%
Equipamento Informático	25% e 33,33%
Outro equipamento	12,5%
Activos em locação operacional	Em função da duração do contrato
Outros activos tangíveis	25%

Os activos de locação operacional, exceptuando os que dizem respeito a bens temporariamente não locados, não estão disponíveis para venda por estarem associados a contratos activos de locação operacional, celebrados com um locatário que assume direitos e obrigações sobre o bem em questão, constituindo tal uma restrição ao título.

6) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Entidade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

7) Impostos

A RCI e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável no exercício em que os lucros tributáveis são gerados. Os efeitos nos impostos futuros por diferenças temporárias relativas à existência de provisões não aceites para efeitos fiscais são reconhecidos como activos por impostos diferidos.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

8) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

9) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa e saldos à ordem junto de outras instituições de crédito.

3. CORRECÇÃO DA PERIODIFICAÇÃO DOS PROVEITOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL

Foram detectadas, durante o exercício de 2007, franquias de contratos de locação operacional a serem incorrectamente periodificadas. O impacto por exercício decorrente desta situação é demonstrado de seguida:

ANO	MONTANTE
2007	297 830
2006	302 900
2005	248 625
2004	261 235
2003	127 660

Da correcção efectuada, resultou um impacto positivo na situação líquida de 2006 no valor de 940 420 euros que se repartiu entre 302 900 euros no resultado do exercício e 637 520 euros em resultados transitados. Sobre o exercício de 2007, a correcção teve um impacto positivo no resultado do ano de 297 830 euros.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

O Saldo, no montante de 378 363 Euros respeita a Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito domiciliadas em Portugal.

5. CRÉDITOS A CLIENTES

A rubrica de "Crédito a clientes" contém valores relativos a operações de locação financeira mobiliárias. No caso do crédito e juros vencidos, são ainda consideradas, além da locação financeira, prestações vencidas de operações de locação operacional e contratos de manutenção e extensão de garantia.

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” por prazo residual, no caso do crédito vincendo e por prazo de vencimento, no caso do crédito vencido era, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, como segue:

	2007	2006
CRÉDITO VINCENDO A CLIENTES:		
Até 3 meses	15 914 472	22 504 066
De 3 meses a 1 ano	45 843 349	66 712 959
De 1 ano a 5 anos	108 773 942	143 593 712
Mais de 5 anos	0	0
Sub-Total	170 531 763	232 810 737
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS:		
Até 3 meses	698 698	2 239 921
De 3 meses a 1 ano	1 590 872	2 527 633
De 1 ano a 5 anos	4 649 545	4 085 493
Mais de 5 anos	9 218 405	10 974 691
Sub-Total	16 157 520	19 827 739
VALOR ANTES DE IMPARIDADE	186 689 283	252 638 476
IMPARIDADE SOBRE CRÉDITO A CLIENTES	-16 123 893	-20 262 778
TOTAL	170 565 390	232 375 697

O detalhe dos resultados financeiros a reconhecer no futuro sobre contratos de locação financeira, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, era como segue:

	2007	2006
RESULTADOS FINANCEIROS A RECONHECER NO FUTURO:		
Até 1 ano	6 143 174	7 775 330
De 1 ano a 5 anos	6 339 314	8 035 338
Mais de 5 anos	0	0
Sub-Total	12 482 488	15 810 668

O valor residual dos contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2007, ascende a 56 644 634 euros.

Nos contratos de locação financeira, não existem quaisquer rendas contingentes reconhecidas como proveito no exercício de 2007.

A locação financeira mobiliária efectuada corresponde a operações de locação de veículos não existindo nenhuma operação que individualmente represente mais de 5% do total do valor das locações.

Handwritten signatures and initials:
 RF
 MK
 CR

6. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de "Activos não correntes detidos para venda", em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, era como a seguir se mostra:

Descritivo	2007	2006
Veículos recuperados – temporariamente não locados	4 623 810	3 847 263
Imparidade sobre veículos recuperados	-1 694 693	-567 515
Total	2 929 117	3 279 748

7. ACTIVOS TANGÍVEIS

O detalhe da rubrica "Activos tangíveis", bem como a sua evolução, em 2007, é como segue:

. Valor antes de amortizações e provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	ALIENAÇÃO/ ABATES	SALDO FINAL
Terrenos e Recursos Naturais	90 889			90 889
Edifícios	556 495		34 616	521 879
Mobiliário diverso	1 156 442	2 951	5 070	1 154 323
Máquinas e ferramentas	68 103	6 175	22 749	51 529
Equipamento Informático	1 295 066	346 755	6 005	1 635 816
Outro equipamento	22 621		496	22 125
Activos em locação operacional (a)	98 867 690	107 158 611	106 633 031	99 393 270
Outros activos tangíveis	1 085 332	711 224	589 628	1 206 928
Imobilizações em Curso	10 810 571	238 682	10 810 571	238 682
TOTAL	113 953 209	108 464 398	118 102 166	104 315 441

. Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ	SALDO FINAL
Amortizações				
Edifícios	326 548	13 239	27 359	312 428
Mobiliário diverso	345 053	111 072	5 069	451 056
Máquinas e ferramentas	68 103	1 235	22 749	46 589
Equipamento Informático	601 970	467 515	3 592	1 065 893
Outro equipamento	21 481	570	496	21 555
Activos em locação operacional (a)	12 609 919	18 780 217	17 873 631	13 516 505
Outros activos tangíveis	358 181	301 732	195 957	463 956
Sub-total	14 331 255	19 675 580	18 128 853	15 877 982
Provisões				
Activos em locação operacional	203 520	118 721	140 650	181 592
TOTAL	14 534 775	19 794 301	18 269 503	16 059 573

Handwritten signature and initials:
 M-cc

(a) Activos em locação operacional

O detalhe dos recebimentos mínimos previstos não canceláveis, por prazo residual, sobre contratos de locação operacional, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, era como segue:

	2007	2006
RECEBIMENTOS MÍNIMOS PREVISTOS		
NÃO CANCELÁVEIS:		
Até 1 ano	2 929 416	2 174 156
De 1 ano a 5 anos	229 820	265 016
Mais de 5 anos	0	0
TOTAL	3 159 236	2 439 172

As rendas contingentes reconhecidas como proveito nos exercícios de 2006 e 2007 repartem-se da seguinte forma:

	2007	2006
Facturação de prolongamentos	196 980	140 475
Penalizações por antecipações contratuais	365 363	287 839
TOTAL	562 343	428 314

Relativamente às operações de locação operacional, o financiamento de veículos colocados à disposição de sociedades de rent-a-car assume particular importância, as quais não pretendendo adquirir definitivamente os veículos indispensáveis à sua actividade, recorrem, para esse efeito, à celebração de contratos de Aluguer Operacional. Tendo em conta que as sociedades comerciais do grupo, Renault e Nissan, não possuem capacidade jurídica para a celebração daquele tipo de contratos, fazem-no através desta sociedade, assumindo contudo, o risco de retoma desses veículos no final dos mencionados contratos, conforme consta de Protocolos assinados entre as partes.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A evolução da rubrica "Activos intangíveis" durante o exercício de 2007, é como segue:

. Valor antes de amortizações e provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	ALIENAÇÃO/ ABATES	SALDO FINAL
Despesas de instalação	163 548			163 548
TOTAL	163 548			163 548

. Amortizações e Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ	SALDO FINAL
Despesas de instalação	163 548			163 548
TOTAL	163 548			163 548

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe da rubrica "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" era como segue:

Descritivo	2007	2006
• RCI Gest SGPS, SA (consolidada)		16 004 777
• RCI Gest Leasing SLFM, SA	4 009 286	
• RCI Gest Seguros	137 543	1 182 604
Total	4 146 829	17 187 381

10. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 em "activos por impostos correntes e diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2007	2006
IRC Liquidação Oficiosa	57 898	27 853
Total Activos por impostos correntes	57 898	27 853

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Sociedade regista os efeitos dos impostos diferidos nas suas contas, na rubrica da Demonstração de Resultados Imposto sobre o Rendimento do Exercício por contrapartida das rubricas de Balanço activa e passiva de Acréscimos e Diferimentos.

1) Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente:

Descritivo	2007	2006
1. Imposto do Exercício	263 101	9 305 825
2. Gastos (proveitos) de impostos do exercício reconhecidos neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:		
a) ID com origem diferenças temporárias	-2 256 480	1 187 021
b) ID pela reversão de diferenças temporárias	3 921 202	9 496 179
c) ID relativos alteração das taxas de tributação	107 168	-
d) Reporte de prejuízos	-242 726	-1 352 766
3. Imposto Diferido (2 a+b+c+d)	1 529 164	9 330 434
4. Correções de impostos s/. exercícios anteriores	422 009	1 127 495
5. Imposto Corrente (1-3-4)	-1 688 072	-1 152 104

2) Decomposição dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos por tipo de diferença à data do Balanço:

Descritivo	2007	2006
Diferenças temporárias originaram Activos por ID		
• Provisões não aceites fiscalmente	5 747 226	10 661 701
• Prejuízos fiscais	0	0
• Diferença entre + valias fiscais e contabilísticas	0	0
• Outros	0	0
Total 1	5 747 226	10 661 701
Diferenças temporárias originaram Passivos por ID		
• Diferimento de tributação das + valias	-593 820	- 3 201 794
• Retratamento Fiscal DC25	-1 987 635	- 19 028 691
• Ajustamento amortizações económicas	-8 515 020	-
• locação operacional	-	-64 000
• Outros	-	-
	-11 096 475	- 22 294 485
Total 2		
Valores reflectidos no balanço:		
Activos por Impostos Diferidos (Total 1 * taxas)	1 522 955	3 183 936
Passivos por Impostos Diferidos (Total 2 * taxas)	-2 940 705	-6 130 850

Handwritten signatures and initials: *MF*, *N*, and other marks.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

3) Relacionamento entre o imposto do exercício e o resultado contabilístico e outras variações patrimoniais:

Descritivo	2007	2006
1. Resultados antes Impostos	-2 913 458	-9 213 749
2. Taxa imposto	26,5%	27,5%
3. Imposto do exercício	263 101	9 305 825
4 Lucro Tributável	5 585 032	3 221 052
5. Consumo prejuízos fiscais	871 093	3 221 052
6. Imposto s/ rendimento	-1 249 194	0
7. Tributações autónomas	-16 869	-24 609
8. Estimativa de Imposto (6 + 7)	-1 266 063	-24 609
9. Correções de impostos exercícios anteriores	-422 009	-1 127 495
10. Imposto corrente (8+9)	-1 688 072	-1 152 104
11. Imposto diferido	1 529 164	9 330 434
12.Taxa média (8 / 4)	22%	-0,8%
13.Taxa efectiva média (8 / 1)	-	-

As Autoridades Fiscais podem rever a situação fiscal durante um período de 4 anos. No caso da Sociedade eventuais correcções ao lucro tributável apenas aos exercícios que ainda não foram objecto de inspecção, ou seja 2005 e 2006.

No entanto não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa nas Demonstrações Financeiras.

12. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros activos" em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é como segue:

Descritivo	2007	2006
• IVA a recuperar	1 369 051	11 005 167
• Outros devedores – entidades relacionadas	17 343 972	7 340 025
• Processos fiscais	902 175	902 175
• Débitos de clientes	5 644 558	6 811 652
• Rendimentos a receber	776 692	1 779 276
• Outros valores a regularizar	1 687 960	1 638 437
Total	27 724 408	29 476 732

13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O Saldo da rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2007, no montante de 192 570 191 Euros reparte-se da seguinte forma: 187 037 341 euros referentes a uma dívida com uma Instituição de Crédito domiciliada em Portugal e 5 532 850 euros respeitantes a movimentos bancários em curso de natureza credora.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A sua repartição por prazo residual faz-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
• À vista	5 532 850	53 492
• Até 3 meses	170 231 341	259 220 457
• De 3 meses a 1 ano	16 806 000	
Total	192 570 191	259 273 949

14. PROVISÕES

O Saldo da rubrica de provisões em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2007 pode ser evidenciado como o quadro seguinte:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
- Riscos gerais de crédito	2 857 845	-	682 745	2 175 100
- Contingências fiscais	1 130 989	242 853	280 011	1 093 831
- Outros riscos e encargos	944 628	1 590 224	119 428	2 415 424
TOTAL	4 933 462	1 833 077	1 082 184	5 684 355

15. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 em “passivos por impostos correntes e diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

Descritivo	2007	2006
IRC a pagar	2 168 238	926 784
Pagamentos por conta	-77 806	0
Retenções na fonte	- 296	- 1 657
Total Passivos por impostos correntes	2 090 136	925 127

ce
mf

16. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é como segue:

Descritivo	2007	2006
• Depósito de caução	46 045 802	56 205 730
• Sector público administrativo	4 488 661	2 224 560
• Fornecedores	1 727 134	10 419 047
• Encargos por gastos com pessoal	790 293	804 226
• Outros encargos a pagar	1 558 295	2 087 352
• Seguros a pagar	593 645	440 400
• Receitas com rendimento diferido	3 615 589	3 548 755
• Créditos de clientes a regularizar	1 675 725	2 165 202
• Adiantamentos por conta de vendas	433 833	777 031
• Facturas em aprovação	1 587 816	3 630 620
• Outros	1 187 852	1 887 050
Total	63 704 645	84 189 973

17. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital subscrito da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA ascende a 13 722 500 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2007, a RCI Banque, SA detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA.

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA não detinha em 31 de Dezembro de 2007 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe da rubrica “Juros e rendimentos similares” era como segue:

Descritivo	2007				2006			
	Particulares	Empresas	Outros	Total	Particulares	Empresas	Outros	Total
• Locação financeira	4 838 519	5 493 422		10 331 942	5 068 311	6 563 391		11 631 701
• Locação operacional		23 173 606		23 173 606		23 105 298		23 105 298
• Depósitos à ordem			18 614	18 614			7 165	7 165
Total	4 838 519	28 667 028	18 614	33 524 162	5 068 311	29 668 688	7 165	34 744 164

Handwritten signature and initials.

19. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe da rubrica “Juros e encargos similares” era como segue:

Descritivo	2007	2006
• Juros sobre empréstimos bancários	10 056 917	8 481 716
• Outros juros	61 334	32 215
• Comissões pagas ao custo amortizado	18 151	
• Amortizações do exercício de activos em locação operacional	18 648 077	16 866 730
Total	28 784 479	25 380 661

20. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O Saldo de rendimentos com serviços e comissões, no montante de 116 413 Euros diz respeito a redêbitos efectuados às empresas do grupo RCI Gest Leasing SLFM, SA e RCI Banque Sucursal Portugal sobre comissões de forças de vendas pagas em contratos de leasing e crédito.

A rubrica de encargos com serviços e comissões apresenta, a 31 de Dezembro de 2007, um saldo no valor de 2 598 088 euros relativos à remuneração feita à rede de concessionários Renault e Nissan, sobretudo a título de “rappel” sobre volumes efectuados.

21. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Resultados de alienação de outros activos” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	Perdas	2007			Perdas	2006	
		Ganhos	+/- valia			Ganhos	+/- valia
• Activos em locação financeira	1 917 580	1 478 397	-439 183		2 868 554	1 327 471	-1 541 083
• Activos em locação operacional	1 298 231	621 452	-676 779		1 331 484	312 307	-1 019 177
• Outros activos tangíveis	108 369	11 196	-97 173		124 242	166 354	42 112
Total	3 324 180	2 111 045	-1 213 134		4 324 280	1 806 132	-2 518 148

22. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe da rubrica “Outros resultados de exploração” é como segue:

Descritivo	2007	2006
• Reembolso de despesas	1 884 895	1 643 609
• Rendimentos de contratos de manutenção	663 888	1 334 801
• Indemnizações	730 299	1 015 852
• Penalizações por antecipação de contratos	365 363	287 839
• Redébitos de pessoal	147 309	179 135
• Facturação de prolongamentos	196 980	140 475
• Rendimentos da prestação de serviços diversos	3 152 021	4 944 005
• Recuperação de juros e despesas	830 075	0
• Compensações contratuais	-641 465	-566 821
• Dívidas incobráveis	-143 729	-5 722 715
• Reembolso de km's	-107 554	-324 181
• Impostos	-105 940	-1 752 925
• Rendimentos de participações de capital	0	1 448 137
• Outros	1 389 195	1 516 655
Total	8 361 337	4 143 866

23. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Custos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
• Remunerações	2 101 920	2 156 714
• Encargos Sociais	529 124	459 879
• Outros custos com o pessoal	939 497	393 122
Total	3 570 541	3 009 716

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de efectivos da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA era de 50 funcionários.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
Gastos com fornecimentos		
· Água, energia e combustíveis	111 850	132 766
· Material de consumo corrente	84 870	168 794
· Limpeza, higiene e conforto	49 265	56 387
· Outros	2 359	69 533
	248 344	427 480
Gastos com serviços		
· Rendas e alugueres	496 849	496 069
· Comunicações	91 610	132 100
· Deslocações, estadas e representação	103 638	219 594
· Publicidade	441 356	435 050
· Conservação e reparação	1 716 863	2 431 834
· Seguros	809 810	816 269
· Contencioso e notariado	421 776	445 123
· Informática	1 332 183	1 480 782
· Prestações de serviços - recup. Crédito	1 008 697	1 037 290
· Reparações	732 802	853 882
· Contratos de manutenção	504 951	787 004
· Leiloeiras	376 924	116 530
· Outros gastos gerais administrativos	1 214 595	1 553 721
	9 252 054	10 805 248
Total	9 500 398	11 232 728

25. IMPARIDADE SOBRE CLIENTES

O detalhe da rubrica imparidade sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra.

CONTAS	SALDO INICIAL	UTILIZAÇÃO EM BALANÇO	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Imparidade sobre crédito a clientes	20 262 779	- 528 630	1 313 974	4 924 228	16 123 893
	20 262 779	-528 630	1 313 974	4 924 228	16 123 893

Handwritten signatures and initials:



26. IMPARIDADE SOBRE OUTROS ACTIVOS

O detalhe da imparidade sobre outros activos, incluindo activos não correntes detidos para venda e activos tangíveis em locação operacional em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra.

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Activos não correntes detidos para venda	567 515	1 663 000	535 822	1 694 693
Activos tangíveis em locação operacional (ver nota 6)	203 520	118 722	140 650	181 592
Outros activos	56 543	-	24 662	31 881
	827 578	1 781 722	701 134	1 908 166

27. GESTÃO DE RISCOS

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de taxa de juro e de liquidez.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

A fim de controlar o risco de crédito cliente e rede, a empresa tem estabelecidas normas internas e procedimentos no que respeita à aceitação e acompanhamento dos seus clientes, de acordo com as preconizações constantes do Grupo RCI BANQUE para as suas filiais.

Privilegia-se não só a profissionalização da aceitação como também as acções de prevenção e a segregação de funções.

As Regras de Aceitação do Financiamento Cliente são definidas pela Direcção de Serviços a Clientes, pela Direcção Administrativa e Financeira e pela RCI BANQUE - Direcção de Risco. Existe uma grelha de score, definida de acordo com os princípios do Grupo, cabendo a Manutenção do Sistema de Score a técnicos especialistas da RCI BANQUE, que assumem essa função em todas as filiais do Grupo. Estes dois factores conjugados permitem assegurar a segregação de funções relativamente à Direcção que obtém os contratos, visto que a Aceitação se integra na Direcção de Serviços a Clientes.

As Regras de Aceitação do Financiamento Rede, e de renovação dos limites das linhas já aceites, são definidas pela Direcção de Crédito Rede respeitando os critérios definidos pelo Grupo RCI BANQUE.

Existe uma grelha de cotação a que está associada não só o tipo de financiamento a que o cliente rede poderá ter acesso, mas também, o limite de financiamento a conceder, privilegiando-se os critérios objectivos a par da análise pelo analista financeiro.

Gr MF

Ao controlo do risco de crédito Rede está subjacente a evolução de indicadores de médio e curto prazo, sendo que as obrigações de informação à RCI Banque Portugal constituem uma obrigação contratual :

Indicadores de médio prazo: evolução da estrutura financeira dos concessionários, e dos grupos a que eventualmente pertençam, avaliada com base num dossier recebido anualmente,

Indicadores de curto prazo, nomeadamente:

a evolução da rentabilidade de exploração, avaliada com base no seguimento trimestral das contas de exploração dos mesmos, a evolução do comportamento de pagamento, avaliada com base no seguimento diário, os resultados das auditorias regulares de stocks subjacentes às linhas financiadas pela RCI Banque.

Em caso de não respeito das regras mínimas de aceitação de risco pela RCI Banque ou de degradação financeira são tomadas medidas preventivas ou correctivas definidas em procedimento em função do grau de gravidade da situação (desde a redução limites, exigência de garantias e planos de acção, até à própria suspensão do financiamento do concessionário por parte da RCI Banque). Estão também previstas análises às demonstrações financeiras da Rede, em caso de cotação fraca ou de degradação financeira grave, realizadas por auditor independente.

A avaliação da qualidade do risco de crédito à Rede, efectuada mensalmente, traduz-se no cálculo mensal das provisões.

Este cálculo, tem por base um procedimento comum a todo o grupo RCI BANQUE, em que se classifica o Capital Financiado consoante a classe de risco de crédito: "são", com incidentes e "em risco de incumprimento". O cálculo das provisões é tanto mais apurado quanto mais elevada for a probabilidade de risco de incumprimento. A categoria "em risco de incumprimento" corresponde à integração do cliente num estatuto especial de pré-alerta e alerta que, desencadeia, para além do provisionamento mais elevado, um conjunto de medidas cautelares de acção imediata.

Os Comitês especializados de seguimento que contribuem para o controlo do risco, têm como principais funções, detectar as tendências de evolução do crédito mal-parado e desencadear as acções preventivas ou correctivas necessárias, decorrentes da evolução constatada e previsível do mercado ou de um perfil de cliente em particular.

A exposição máxima da empresa ao risco de crédito atinge 170 565 390 euros no caso de contratos de locação financeira e 85 695 173 euros sobre os contratos de locação operacional.

A antiguidade de crédito em mora antes de imparidade encontra-se descrita na nota 4 do corrente Anexo. Relativamente ao cálculo da imparidade, a empresa efectua-o de acordo com o estabelecido no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro, numa base consolidada. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuada através de um sistema de informação, intitulado "Cristal", que tem como referência a "Charte Cristal".

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

O acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no acompanhamento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e de um "Spotting" mensal apresentado ao Comité Financeiro do Grupo.

A análise dos passivos por maturidade contratual encontra-se descrita na nota 11 do Anexo.

Risco de Mercado

A política de refinanciamento da empresa encontra-se definida e centralizada na casa-mãe – RCI Banque. O seguimento do risco de taxa de juro é realizado numa base consolidada abrangendo as entidades RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., RCI Gest Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. e RCI Gest Seguros – Corretores, Lda. Desta forma, a sociedade, tendo em conta os procedimentos definidos e de forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI Banque – entidade não residente e domiciliada em França.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro é efectuado diariamente, através de um sistema de informação intitulado "Cristal" que é propriedade do grupo. A alimentação deste sistema é feita tanto localmente pelas filiais como centralmente pela casa-mãe.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE. - Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documentos de referência a "Carta de Gestão e Seguimento do Risco Operacional" e a Matriz de Controlos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Em 2005 elaborou-se a 1ª. Cartografia de Riscos Operacionais do Grupo, que consistiu na avaliação e priorização dos riscos dos processos com maior risco. Os resultados foram apresentados e validados em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção e enviados à RCI BANQUE.

Outros instrumentos de seguimento estão a ser implementados por etapas nas filiais, tais como: base de colecta de incidentes e indicadores de risco operacional.

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

Políticas de Gestão do Capital

O capital regulamentar da sociedade decompõem-se conforme descrito de seguida:

Descritivo	2007	2006
• TIER1: RCI Banque SA	13 722 500	13 722 500

Cálculo do rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade foi determinado de acordo com o estabelecido no Aviso nº1/93 do Banco e, a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, detalha-se da seguinte forma:

Descritivo	2007	2006
Capital	13 722 500	13 722 500
Outras reservas e Resultados transitados	17 940 690	18 399 505
Resultado líquido do exercício	-3 072 365	-1 035 419
Fundos próprios de base (a)	28 590 825	31 086 586
Provisões para riscos gerais de crédito	2 175 100	2 595 960
Fundos próprios complementares (b)	2 175 100	2 595 960
Fundos próprios de referência (a) + (b)	30 765 925	33 682 546
Valor total do activo ponderado	296 671 541	379 967 547
Rácio de solvabilidade	10,4%	8,9%

Mensalmente a Administração e Direcção Financeira da RCI Gest IFIC, SA efectua uma análise dos resultados e actividade da empresa, da mesma forma que é feita a validação do cumprimento do rácio de solvabilidade mínimo exigido pelo Aviso Nº1/93 do Banco de Portugal.

28. RELAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 tem a seguinte composição:

Descritivo	2007	2006
SALDOS COM EMPRESAS PARTICIPADAS		
RCI Gest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA		5 222
Activos		
RCI Gest Leasing SLFM, SA	120	12 413
Activos	111 033	137 612
Proveitos		
SALDOS COM DETENTORES DE PARTICIPAÇÕES NA EMPRESA		
RCI Banque		4 388
Activos	19 759	0
Passivos	25 772	7 036
Custos		3 517 924
Extrapatrimoniais		
SALDOS COM OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS		
Renault SA – Sigma Services	13 650	49 053
Passivos		
Sogesma SARL	142 111	172 207
Passivos	594 601	710 453
Custos		
Comp. Cr. Fin. Inv. Renault do Brasil	44 203	29 522
Activos	143 879	29 522
Proveitos		
RCI Banque Polska	0	76 429
Proveitos		
RCI Banque Sucursal Portugal	164 325	184 835
Activos	187 235 199	259 931 184
Passivos	10 056 554	8 481 147
Custos		30 673
Proveitos		
Renault Portugal, SA	9 014 937	3 179 608
Activos	2 398 532	7 430 847
Passivos		
Nissan Ibéria, S.A. Sucursal em Portugal	1 578 086	0
Activos		

Handwritten signature and initials

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

Devido a imposição de natureza regulamentar, o Grupo RCI em Portugal sentiu a necessidade de reorganizar a sua actividade de locação, tendo decidido pela fusão da RCI Gest Leasing SLFM, SA na RCI Gest IFIC, SA.

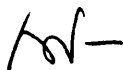
Esta transformação irá ocorrer no início do exercício de 2008.

As alterações previstas poderão constituir num curto/médio prazo uma alavanca ao desenvolvimento da locação financeira, nomeadamente através do alargamento desta oferta aos clientes particulares.

30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

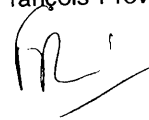
O ajustamento decorrente da dissolução da RCI Gest SGPS, SA que consta na Demonstração de Fluxos de Caixa, no valor de 12 203 903 euros diz na sua maioria respeito à transferência efectuada da RCI Gest SGPS, SA para a RCI Gest IFIC, SA de uma aplicação financeira detida junto da RCI Banque.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Alexandra Ferreira



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Patrice Cabrier
Administradores: Patrick Poulain
Frederic Renaud, François Provost e
Guillaume Cuny





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO (Contas Individuais)

Senhores Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente o Fiscal Único apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração de **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Ao longo do exercício, acompanhámos os negócios e a gestão da Sociedade, inteiramo-nos dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Variações em Capital Próprio, e o respectivo anexo.

Nesta mesma data emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, os quais endereçámos ao Conselho de Administração.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira de **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam nas Notas às Demonstrações Financeiras.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer:

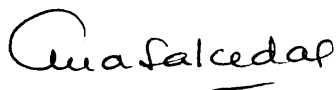
- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Variações no Capital Próprio, e o respectivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente desejamos agradecer ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 3 de Março de 2008

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 295.580.856,85 Euros e um total de capital próprio de 28.590.824,68 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.072.365,08 Euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Variações em Capital Próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

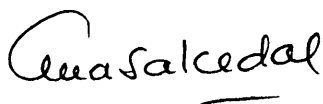
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as divulgações dos parágrafos 1 e 2.3 das Notas às Demonstrações Financeiras, relativas à

transformação da Sociedade em Instituição Financeira de Crédito e consequente aplicação pela primeira vez, em 2007 das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Lisboa, 3 de Março de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)